

ANEXO 24**REGRAS SOBRE OS DESLOCAMENTOS INVOLUNTÁRIOS**

**CONCESSÃO PATROCINADA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE CONSTRUÇÃO, OPERAÇÃO,
MANUTENÇÃO E REALIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS NECESSÁRIOS PARA A EXPLORAÇÃO
DO SISTEMA DE INTERLIGAÇÃO DO TÚNEL IMERSO SANTOS-GUARUJÁ**

Elementos de observância obrigatória pela CONCESSIONÁRIA quando da realização das desapropriações ou reassentamentos dos imóveis e/ou da população residente nas áreas afetadas pela construção e/ou operação do SISTEMA DE INTERLIGAÇÃO, que poderão ser realizados por meio de desapropriação, com o respectivo pagamento de indenização prévia pela CONCESSIONÁRIA com recursos da CONTA DESAPROPRIAÇÃO aos proprietários dos imóveis, ou reassentamento de famílias. As famílias deslocadas por meio de desapropriação ou reassentamento e classificadas como socioeconomicamente vulneráveis poderão optar frente à CONCESSIONÁRIA pela (i) alocação em conjuntos habitacionais, (ii) compra assistida de imóveis residenciais regulares e disponíveis no mercado imobiliário regional, ou (iii) permuta de imóvel com outro núcleo familiar a se manter no bairro a ser desapropriado. Enquanto a família não for realocada pela CONCESSIONÁRIA por meio das alternativas previstas por este ANEXO, a CONCESSIONÁRIA deverá realizar o pagamento de aluguel social com recursos da CONTA DESAPROPRIAÇÃO.

1. PLANO DE DESAPROPRIAÇÃO DAS OBRAS DE IMPLANTAÇÃO

1.1.A CONCESSIONÁRIA deverá apresentar à AGÊNCIA REGULADORA o PLANO DE DESAPROPRIAÇÃO DAS OBRAS DE IMPLANTAÇÃO em até 30 (trinta) dias da entrega do PROJETO FUNCIONAL referente às OBRAS DE IMPLANTAÇÃO.

1.1.1. O PLANO DE DESAPROPRIAÇÃO DAS OBRAS DE IMPLANTAÇÃO deverá ser atualizado após 30 (trinta) dias da entrega do PROJETO EXECUTIVO.

1.1.2. O PLANO DE DESAPROPRIAÇÃO DAS OBRAS DE IMPLANTAÇÃO deverá contemplar o seguinte conteúdo mínimo:

1.1.2.1. Indicação das áreas que demandam desapropriação, instituição de servidão administrativa ou ocupação temporária de imóveis privados para a realização das OBRAS DE IMPLANTAÇÃO;

1.1.2.2. Cronograma proposto para as ações de desapropriação, instituição de servidão administrativa e ocupação temporária e para a publicação das DECLARAÇÕES DE UTILIDADE PÚBLICA, observando: (i) as datas previstas para execução das OBRAS DE IMPLANTAÇÃO no CRONOGRAMA FÍSICO-EXECUTIVO; (ii) os marcos para envio da documentação necessária para a emissão das DECLARAÇÕES DE UTILIDADE PÚBLICA; e (iii) os marcos para emissão das DECLARAÇÕES DE UTILIDADE PÚBLICA

2. EMISSÃO DAS DECLARAÇÕES DE UTILIDADE PÚBLICA

2.1.A CONCESSIONÁRIA deverá encaminhar à AGÊNCIA REGULADORA e ao CERTIFICADOR INDEPENDENTE em até 30 dias da apresentação PLANO DE DESAPROPRIAÇÃO DAS OBRAS DE IMPLANTAÇÃO e com pelo menos 120 (cento e vinte) dias de antecedência da data prevista para a emissão da DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA, os seguintes documentos para emissão:

- i. Descrição e levantamento das áreas a serem desapropriadas;
- ii. Apontamento dos respectivos proprietários e possuidores;
- iii. Indicação da destinação dos imóveis;
- iv. Designação do PODER CONCEDENTE como adjudicatário e da CONCESSIONÁRIA como responsável pela condução do processo de desapropriação;
- v. Indicação dos dispositivos legais aplicáveis;

- vi. Planta cadastral (ou desenho) subscrita pelo responsável;
- vii. Laudo macro de avaliação e laudo individualizado, datados e acompanhados dos anexos que tenham sido mencionados, subscritos pelo responsável;
- viii. Declaração, subscrita pelo responsável da CONCESSIONÁRIA, de que não há incidência de área municipal, estadual ou federal, nas áreas a serem desapropriadas;
- ix. Declaração, subscrita pelo responsável da CONCESSIONÁRIA, de que não há sobreposição de áreas entre a descrita e qualquer outro decreto de declaração de utilidade pública;
- x. Declaração, subscrita pelo responsável da CONCESSIONÁRIA, de que as áreas a serem desapropriadas são integralmente necessárias para a execução da construção e/ou operação do SISTEMA DE INTERLIGAÇÃO;
- xi. Memoriais descritivos individualizados das áreas a serem desapropriadas, datados e subscritos pelo responsável da CONCESSIONÁRIA;
- xii. Cópia(s) atualizada(s) da(s) matrícula(s), ou transcrição de registros pelo cartório competente, se for o caso, tendo-se como base do critério de atualidade a data de apreciação do documento pelo PODER CONCEDENTE;
- xiii. Minuta de decreto de DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA, contendo, em especial, as exigências constantes dos itens (i), (ii), (iii), (iv), (v) e (vi) deste item 2.1.

2.2. Caberá ao PODER CONCEDENTE publicar as DECLARAÇÕES DE UTILIDADE PÚBLICA necessárias para que a CONCESSIONÁRIA promova as desapropriações, no prazo de 90 (noventa) dias contados do recebimento da integralidade das informações a que se refere o item 2.1.

2.3. Em caso de descumprimento do prazo estabelecido no item 2.2, o PODER CONCEDENTE assumirá o risco dos impactos daí diretamente decorrentes, exceto se demonstrado que a CONCESSIONÁRIA não apresentou todas as informações necessárias para emissão da DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA, conforme indicado no item 2.1.

2.4. Publicada a DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA, a CONCESSIONÁRIA deverá:

- 2.4.1. Em até 20 (vinte) dias, proceder à realização do cadastro físico do imóvel em cartório, obtendo os dados cadastrais pertinentes com a qualificação do imóvel e sua avaliação física e/ou identificação prévia junto ao Município; e
- 2.4.2. Em até 60 (sessenta) dias, comprovar ao PODER CONCEDENTE a propositura das ações judiciais pertinentes para promoção das desapropriações e reassentamentos, devendo a CONCESSIONÁRIA conduzir tais ações diligentemente, ou então a adoção das medidas necessárias para obter acordos extrajudiciais com os responsáveis pelas áreas.

2.5. Nas ações de desapropriação e reassentamentos a CONCESSIONÁRIA deverá encontrar solução que minimize o impacto econômico da desapropriação, considerando, inclusive, aspectos sociais e propostas com soluções tecnicamente viáveis, com o melhor aproveitamento dos terrenos constantes da DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA.

2.6. A CONCESSIONÁRIA deverá, no âmbito dos processos de desapropriação e reassentamentos observar os PADRÕES DE DESEMPENHO, nos termos indicados no ANEXO 6, mesmo quando optar pela via judicial.

2.7. O PODER CONCEDENTE e/ou a AGÊNCIA REGULADORA poderão solicitar, a qualquer tempo, documentos e informações relacionadas aos processos de desapropriação.

2.8. Sem prejuízo do item 2.7 acima, a CONCESSIONÁRIA apresentará relatórios mensais à AGÊNCIA REGULADORA e ao PODER CONCEDENTE, circunstanciando o status de cada imóvel e contemplando as seguintes informações:

- i. os relatórios de ações judiciais deverão conter as seguintes informações: a. endereço do imóvel; b. nome do titular da propriedade ou posse do imóvel; c. número do processo judicial e vara; d. espécie de pedido (desapropriação, desocupação ou instituição de servidão administrativa, total ou parcial, podendo haver cumulação de pedidos); e. valor da oferta inicial considerando o atendimento aos PADRÕES DE DESEMPENHO; f. valor do laudo prévio de avaliação, considerando os PADRÕES DE DESEMPENHO; g. valor do laudo definitivo de avaliação, considerando os PADRÕES DE DESEMPENHO; h. data do eventual despacho autorizando o levantamento de 80% (oitenta por cento) dos depósitos judiciais; i. data da imissão de posse; j. valor de indenização fixado pela sentença judicial; l. percentual de juros compensatórios e moratórios fixados; m. base de cálculo dos juros compensatórios e moratórios; n. percentual de honorários advocatícios; o. base de cálculo dos honorários advocatícios; e p. descrição de fatos identificados que tenham impedido, ou tenham potencial de impedir, a obtenção da imissão na posse do imóvel no prazo previsto.
- ii. os relatórios de ações judiciais deverão estar acompanhados ainda dos seguintes documentos: a. mandado e auto de imissão de posse, confeccionados, respectivamente, pelo cartório judicial onde tramita o processo judicial e pelo oficial de justiça responsável pelo cumprimento da ordem de imissão; b. levantamento cadastral do imóvel junto ao respectivo Poder Público Municipal; c. levantamento topográfico planialtimétrico cadastral individualizado do imóvel, do terreno e de suas eventuais benfeitorias; d. pesquisa dominial e extrato de consulta de débitos tributários imobiliários municipais; e. certidão de dados cadastrais do imóvel; f. IPTU; g. extrato de consulta ao valor venal de referência; e h. certidão de matrícula do imóvel, com o registro da carta de adjudicação em nome do PODER CONCEDENTE.
- iii. No caso de acordos amigáveis, os relatórios referidos deverão conter as seguintes informações e documentos: a. endereço do imóvel; b. nome do titular da posse ou propriedade do imóvel; c. o andamento das negociações e, se for o caso, a manifestação do CERTIFICADOR INDEPENDENTE atestando que o valor pago é aderente às práticas de mercado, garantindo moradia em parâmetros iguais ou superiores no mesmo município, respeita a legislação aplicável e os PADRÕES DE DESEMPENHO; d. cópia do acordo celebrado, se for o caso, com reconhecimento de firma; e. levantamento cadastral do imóvel junto ao respectivo Poder Público Municipal; f. levantamento topográfico planialtimétrico cadastral

individualizado do imóvel, do terreno e de suas eventuais benfeitorias; g. pesquisa dominial e extrato de consulta de débitos tributários imobiliários municipais; h. certidão de dados cadastrais do imóvel; i. IPTU; e j. extrato de consulta ao valor venal de referência.

2.9. Nos casos em que a CONCESSIONÁRIA tenha empregado seus melhores esforços, mas, não obstante, o cronograma proposto para as ações de desapropriação no PLANO DE DESAPROPRIAÇÃO DAS OBRAS DE IMPLANTAÇÃO incorra em atrasos, este poderá ser repactuado sem que haja imposição de penalidades à CONCESSIONÁRIA, desde que (i) a CONCESSIONÁRIA tenha cumprido os prazos instituídos e; (ii) que a CONCESSIONÁRIA não tenha concorrido para dilação dos prazos previstos, observando o equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.

2.10. A CONCESSIONÁRIA deverá solicitar, em até 30 (trinta) dias, contados da expedição da carta de adjudicação do imóvel que tenha sido desapropriado ou submetido à servidão administrativa, ou da conclusão do processo de desapropriação amigável ou aquisição negociada, às suas expensas, o registro da propriedade do imóvel no Cartório de Registro de Imóveis, em nome do PODER CONCEDENTE.

2.11. Caso verificada pela CONCESSIONÁRIA a necessidade de utilização de áreas que não estejam contempladas na DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA e que sejam necessárias à realização das intervenções, verificadas no avanço das obras, ou a necessidade de retificação das áreas já contempladas na DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA, a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar ao PODER CONCEDENTE todos os elementos e documentos necessários para a DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA dos imóveis a serem desapropriados, desocupados ou sobre os quais serão instituídas servidões administrativas, incluindo o Laudo Macro de Avaliação ou laudo individualizado, se for o caso.

3. DO PLANO DE AÇÃO DE REASSENTAMENTO (PAR) E O PLANO DE RECUPERAÇÃO DOS MEIOS DE SUBSISTÊNCIA (PRMS)

3.1. A CONCESSIONÁRIA deverá elaborar o Plano de Ação de Reassentamento (PAR) e o Plano de Recuperação dos Meios de Subsistência (PRMS) de acordo com o estabelecido no ANEXO 6 e listado a seguir:

3.1.1. No caso de aquisição de terras e liberação fundiária de áreas necessárias para obras, isto é, eventual necessidade de conduzir processos de reassentamento involuntário (deslocamento físico e/ou econômico), atender aos requisitos legais e normas internacionais sobre Direitos Humanos, bem como o disposto no Padrão de Desempenho 5 da IFC (IFC, 2012) e notas de orientação correspondentes. Nesse caso, a CONCESSIONÁRIA deverá:

3.1.1.1. Evitar, e quando não for possível, minimizar o deslocamento (físico ou econômico) explorando alternativas;

3.1.1.2. Determinar data de corte para os estudos que irão subsidiar a aquisição de terras e reassentamento involuntário, incluindo para o mapeamento preciso das áreas, com descrição de usos, censo, inventário de bens, estudo socioeconômico, dentre outros.

3.1.1.3. Prever e evitar ou, quando não for possível, minimizar os impactos ambientais e sociais adversos decorrentes da aquisição de terra ou de restrições a seu uso, certificando-se de que as atividades de

reassentamento sejam executadas após a divulgação apropriada de informações, consulta e a participação informada das partes afetadas;

- 3.1.1.4. Elaborar e Implementar Plano de Ação de Reassentamento (PAR) para gerenciar os impactos adversos causados pelos deslocamentos físicos e/ou econômicos, bem como um Plano de Recuperação dos Meios de Subsistência (PRMS).
 - i. O PAR deve incluir disposições para preencher as lacunas existentes entre o PS5 e a regulamentação local (sobre depreciação, assentados informais, segurança de posse, restauração de meios de subsistência, medidas de mitigação para funcionários de empresas afetadas) e mitigações para todos os usuários atuais de terras adquiridas / ainda a serem adquiridas que devem ser compensados em conformidade com o PS5.
 - ii. Para as pessoas afetadas que tenham sido consideradas elegíveis para compensação e outros benefícios/direitos ou que já tenham sido indenizadas, mas continuem a ocupar terras adquiridas, a CONCESSIONÁRIA deverá fornecer: (i) assistência de mudança; (ii) tempo suficiente para colher as culturas existentes; e (iii) acesso e direito de salvamento de materiais e bens. Este grupo inclui também os titulares legais que recorreram judicialmente ou administrativamente para pedir o aumento da indenização e de outros direitos.
- 3.1.1.5. Desenvolver um adequado processo de engajamento das partes interessadas para a tomada de decisões relacionada ao reassentamento e a recuperação dos meios de subsistência.
- 3.1.1.6. Desenvolver e implementar mecanismos de reclamações acessíveis e culturalmente apropriados para registrar e tratar potenciais manifestações sobre os impactos gerados pelos deslocamentos físicos e econômicos, incluindo pessoas afetadas no passado por deslocamento involuntário derivado de intervenções no SISTEMA DE INTERLIGAÇÃO. Deve-se garantir o anonimato para os denunciantes e disponibilizar equipe técnica social especializada para atender as manifestações submetidas pelas pessoas afetadas, diretamente em campo.
- 3.1.1.7. Considerar o ressarcimento justo e integral dos custos de reposição de bens e propriedades afetados pelas atividades objeto do CONTRATO, observada a previsão da Cláusula 19.1, inciso xxxviii, do CONTRATO. Independentemente do número de pessoas, deve ser considerada a indenização pelo custo total de reposição da terra e de outros bens perdidos, bem como, a prestação de assistência necessária, como prescrito pelo Padrão de Desempenho 5.
- 3.1.1.8. Identificar e definir medidas adequadas para pessoas vulneráveis, bem como identificar e endereçar especificidades relacionadas a gênero.
- 3.1.2. No caso de reclamações sobre aquisição de terras e/ou reassentamento passados, indicá-los ao PODER CONCEDENTE para eventuais medidas de mitigação em linha com o PD5.
- 3.1.3. O Plano de Ação de Reassentamento e Plano para Recuperação dos Meios de Subsistência devem ser desenvolvidos apoiados em:
 - 3.1.3.1. Objetivo de manter ou melhorar as condições de vida das pessoas fisicamente deslocadas mediante o fornecimento de moradia adequada, com garantia de propriedade nos locais de reassentamento.

- 3.1.3.2. Consultas prévias e informadas aos afetados, considerando os resultados delas no processo decisório do reassentamento involuntário e na preparação dos referidos planos.
 - 3.1.3.3. Censo socioeconômico detalhado das pessoas afetadas incluindo identificação de grupos vulneráveis e mapeamento de vulnerabilidades (social, econômica, territorial, marginalização e exclusão, de saúde etc.), inventário das terras e ativos afetados, usos das áreas que deverão ser liberadas, dentre outras informações relevantes para os planos.
 - 3.1.3.4. Definição de critérios de elegibilidade considerando direitos formais e informais de afetados, para medidas de indenização, compensação e/ou outra medida (por exemplo, assistência) em linha com o PD5.
- 3.1.4. O Plano de Ação de Reassentamento (PAR) e o Plano de Recuperação dos Meios de Subsistência (PRMS) devem ser subsidiados por:
- 3.1.4.1. Informações desagregadas por gênero e identificação de vulnerabilidades.
 - 3.1.4.2. Identificação e adequada classificação dos impactos adversos nos seus meios de subsistência associados à aquisição de terras necessária para liberação de áreas.
 - 3.1.4.3. Mapas temáticos que identifiquem características como assentamentos populacionais, infraestruturas e serviços sociais, patrimônio cultural, composição do solo, áreas de vegetação natural, recursos hídricos, ocorrência de outros recursos ambientais e padrões de uso da terra, que devem ser preparados contendo informações pormenorizadas sobre as áreas afetadas, desagregadas por tipos de usos corrente e potencial, quando possível. Os mapas subsidiam o planejamento e fornecem referência espacial ou linha de base para proteger o SISTEMA DE INTERLIGAÇÃO de reclamações de pessoas que se deslocam para a área afetada após a data de corte.
 - 3.1.4.4. Censo das pessoas afetadas e registro delas de acordo com a sua localização. Possui cinco funções inter-relacionadas: enumerar e recolher informações básicas sobre a população afetada; registrar a população afetada por residência ou localidade; estabelecer uma lista de beneficiários legítimos em termo de elegibilidade, antes do início das obras para evitar que pessoas que não tenham esse direito possam pleitear benefícios; subsidiar estudo socioeconômico que apoia a determinação das medidas de compensação para recuperação meios de subsistência; e fornecer base de referência para o controle, monitoramento e avaliação.
 - 3.1.4.5. Inventário dos bens afetados: esse levantamento deve abranger perda de ativos físicos e perda de rendimentos. Os bens detidos coletivamente, como as fontes de água, as zonas de pastagem do gado, os sistemas de irrigação e as estruturas comunitárias devem ser considerados. É essencial que os planejadores consultem as pessoas afetadas durante este passo para desenvolver um consenso razoável sobre os métodos e fórmulas para atribuir valor aos ativos afetados ou perdidos por causa do reassentamento involuntário.
 - 3.1.4.6. Estudos socioeconômicos de todas as pessoas afetadas (incluindo populações sazonais, migrantes e anfitriãs), conforme necessário, e devem coletar e avaliar informações quantitativas suplementares ao censo e inventário, bem como informações qualitativas em (apoiada) dois domínios importantes: (i) fluxos de rendimento em nível do agregado familiar e estratégias de subsistência que porventura não identificadas no censo e nos inventários de bens; e (ii) estrutura, organização e as interdependências

econômicas identificadas nas comunidades afetadas. A análise dos dados obtidos apoiará a identificação de agregados familiares em maior risco ou com maior grau de afetação pelo reassentamento involuntário. A análise de dados e informações obtidos no censo, inventário de bens e ativos, e nos estudos socioeconômicos, deve ser feita considerando três objetivos: (i) fornecer as informações necessárias para determinar a matriz de elegibilidade e direitos contendo medidas de compensação, assistência etc.; (ii) apoiar a definição das intervenções adequadas de recuperação dos meios de subsistência; e (iii) fornecer dados e indicadores demográficos, econômicos, educacionais, profissionais e de saúde quantificáveis para o controle, monitoramento e avaliação da implementação dos Planos.

3.1.5. Além das consultas necessárias para obtenção de dados e informações para as etapas precedentes, devem ser realizadas consultas informadas para compartilhar as estratégias dos Plano de Ação de Reassentamento e Plano para Recuperação dos Meios de Subsistência relativas à recuperação dos meios de subsistência, e outros componentes essenciais.

3.1.6. Elaboração de matriz de direitos, baseada na metodologia da avaliação das perdas, para determinar seu custo de reposição; uma descrição dos tipos e níveis de compensação propostos de acordo com a legislação local, e os requisitos do PD5 e as medidas suplementares necessárias para que as pessoas afetadas possam restaurar ou melhorar suas condições de vida e meios de subsistência.

3.1.7. Prever indenização pelo custo total de reposição da terra e das benfeitorias perdidas, identificar oportunidades de desenvolvimento, estabelecer os critérios de elegibilidade e o marco de compensação para todas as pessoas afetadas (incluindo as comunidades anfitriãs). Também deve fornecer moradia adequada, com garantia de propriedade com atenção especial ao atendimento das necessidades das pessoas classificadas como vulneráveis, e questões relacionadas a gênero.

3.2. O Plano de Ação de Reassentamento (PAR) e o Plano de Recuperação dos Meios de Subsistência (PRMS) deverão ser enviados pela CONCESSIONÁRIA à AGÊNCIA REGULADORA e ao CERTIFICADOR INDEPENDENTE no mesmo prazo do PLANO DE DESAPROPRIAÇÃO DAS OBRAS DE IMPLANTAÇÃO.

4. MECANISMOS DE DESLOCAMENTO INVOLUNTÁRIO

4.1. Uma vez elaborados o Plano de Ação de Reassentamento (PAR) e o Plano de Recuperação dos Meios de Subsistência (PRMS) a CONCESSIONÁRIA deverá aplicar e analisar o Termo de Opção conforme modelo previsto no ANEXO 18, a ser preenchido pelas famílias socioeconomicamente vulneráveis sobre a alternativa escolhida em função da desapropriação ou reassentamento, em até 60 (sessenta) dias contados do envio dos planos.

4.1.1. O Termo de Opção deverá ser preenchido pelos núcleos familiares socioeconomicamente vulneráveis assim reconhecidos por meio da Pesquisa de Vulnerabilidade Socioeconômica, nos termos do ANEXO 18, com o intuito de demonstrar a escolha dentre as opções previstas no item 5.

5. ALTERNATIVAS DE NOVA MORADIA APÓS O DESLOCAMENTO INVOLUNTÁRIO

Alocação em conjuntos habitacionais

5.1. A CONCESSIONÁRIA poderá alocar a população nas unidades habitacionais existentes ou a construir do ESTADO DE SÃO PAULO.

Compra assistida

5.2. A CONCESSIONÁRIA poderá auxiliar a população na compra assistida de imóveis, que consistirá na compra de imóveis residenciais regulares e disponíveis no mercado imobiliário regional. Os valores a serem pagos pelos imóveis desapropriados deverão ser compatíveis com o valor do m2 das regiões do entorno, segundo pesquisa do mercado local apoiadas por laudos periciais de engenheiros qualificados e experientes assegurando o direito de reposição a uma moradia ou operação comercial similar na cidade de Santos ou Guarujá, conforme o caso.

5.2.1. Na compra assistida, a CONCESSIONÁRIA deverá: (i) auxiliar as famílias na fase de prospecção de imóveis, de acordo com o perfil social e familiar dos ocupantes que assim optaram por essa modalidade; (ii) elaborar laudo individual de avaliação dos imóveis prospectados, considerando a situação jurídica dos imóveis e a vistoria da edificação; e (iii) apoiar na fase negocial e compra dos imóveis pelos ocupantes.

Permuta

5.3. A CONCESSIONÁRIA poderá auxiliar a população na permuta de imóveis entre a população das áreas impactadas pelo SISTEMA DE INTERLIGAÇÃO e outros proprietários da região, e deverá: (i) auxiliar as famílias na fase de prospecção de imóveis, de acordo com o perfil social e familiar dos ocupantes que assim optaram por essa modalidade; (ii) elaborar laudo individual de avaliação dos imóveis selecionados, considerando a situação jurídica dos imóveis e a vistoria da edificação; e (iii) apoiar na fase negocial e compra dos imóveis pelos ocupantes.

Aluguel social

5.4. Enquanto não for realizado o DESLOCAMENTO INVOLUNTÁRIO definitivo da população e sendo necessário realocar a população para início das intervenções e obras no SISTEMA DE INTERLIGAÇÃO, a CONCESSIONÁRIA deverá contribuir com o aluguel social.

5.5. No aluguel social a CONCESSIONÁRIA deverá (i) auxiliar as famílias na fase de prospecção de imóveis, de acordo com o perfil social e familiar dos ocupantes, (ii) elaborar laudo individual de avaliação dos imóveis selecionados, considerando a situação jurídica dos imóveis e a vistoria da edificação; e (iii) apoiar na fase negocial e aluguel dos imóveis.

6. CONTRATAÇÃO DO CERTIFICADOR INDEPENDENTE

6.1. A CONCESSIONÁRIA deverá apresentar, na DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO, lista tríplice de candidatos à AGÊNCIA REGULADORA.

6.2. Em até 10 (dez) dias após a apresentação da lista tríplice de candidatos a CERTIFICADOR INDEPENDENTE pela CONCESSIONÁRIA, a AGÊNCIA REGULADORA deverá homologar a lista ou, caso necessário, solicitar ajustes.

6.3. Na hipótese de homologação da lista tríplice, na mesma oportunidade, a AGÊNCIA REGULADORA irá selecionar, por meio de sorteio, o CERTIFICADOR INDEPENDENTE a ser contratado.

6.4. Na hipótese de solicitação de ajustes à lista tríplice, a CONCESSIONÁRIA (i) deverá apresentar nova lista em até 5 (cinco) dias da solicitação apresentada pela AGÊNCIA REGULADORA; e (ii) a AGÊNCIA REGULADORA deverá realizar a homologação em até 5

(cinco) dias e, na mesma data, selecionar o CERTIFICADOR INDEPENDENTE, por meio de sorteio.

6.5. Em até 5 (cinco) dias da seleção, por meio de sorteio, pela AGÊNCIA REGULADORA, a CONCESSIONÁRIA deverá realizar a contratação do CERTIFICADOR INDEPENDENTE.

6.6. A elaboração de lista tríplice deverá obedecer, cumulativamente, aos critérios de ampla reputação técnica no mercado e inexistência de proibições para contratar com a Administração Pública, previstas no item 8.3 do EDITAL.

6.7. O CERTIFICADOR INDEPENDENTE, seus prepostos e funcionários integrantes de seus quadros, não poderão ter tido qualquer relação prévia com a presente CONCESSÃO, qualquer tipo de vínculo com a CONCESSIONÁRIA e suas PARTES RELACIONADAS, nem delas ter percebido qualquer forma de remuneração, nos 12 (doze) meses precedentes à publicação do EDITAL, nem poderão ter qualquer tipo de vínculo com a CONCESSIONÁRIA e suas PARTES RELACIONADAS, nem delas perceber qualquer forma de remuneração, nos 12 (doze) meses posteriores à conclusão das OBRAS DE IMPLANTAÇÃO.

6.8. Todos os custos e eventuais responsabilidades relacionados à contratação do CERTIFICADOR INDEPENDENTE serão exclusivamente atribuídos à CONCESSIONÁRIA, não cabendo qualquer espécie de ônus à AGÊNCIA REGULADORA ou ao PODER CONCEDENTE.

6.9. A CONCESSIONÁRIA será obrigada a rescindir o contrato com o CERTIFICADOR INDEPENDENTE, após decisão devidamente motivada do COMITÊ DE PREVENÇÃO E SOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIAS, caso este entenda terem sido emitidos relatórios ou posicionamentos incompatíveis com o dever do CERTIFICADOR INDEPENDENTE de atuar com rigor técnico, independência e equidistância entre as PARTES.

6.10. Não serão vinculantes e tampouco se presumirão corretas, as posições apresentadas pelo CERTIFICADOR INDEPENDENTE, que não limitarão o amplo exercício das atribuições fiscalizatórias e regulatórias outorgadas à AGÊNCIA REGULADORA, na forma deste ANEXO e do CONTRATO.